



Índice

- 01** [MPF quer registro civil gratuito e com nomes tradicionais a indígenas](#)
- 02** [Aquidauana deverá ser contemplada com Casa de Saúde Indígena](#)
- 03** [A morte dos Guarani-Kaiowá](#)
- 04** [Investigação sobre morte de índio em Caarapó está parada](#)
- 05** [Inscrições para o Vale-Universidade Indígena são prorrogadas em MS](#)
- 06** [Direitos da criança indígena em debate no MP-PR](#)
- 07** [Funai estimula confronto entre índios e produtores no MS, afirma Ruben Figueiró](#)
- 08** [Reservas indígenas são muito eficazes para proteger a floresta Amazônica](#)
- 09** [MPF é contra colheita de soja em área indígena desocupada em Mato Grosso](#)
- 10** [Obrigados a limpar banheiro, índios mudam de escolas após denúncias](#)
- 11** [Funai vai indenizar famílias que devem deixar território indígena](#)
- 12** [Indígenas fecham trecho da BR 367 \(BA\) por melhoras na educação](#)
- 13** [Estudantes indígenas começam ano letivo em 11 novas escolas](#)



MPF quer registro civil gratuito e com nomes tradicionais a indígenas

SÍTIO D24AM, 12.03.2013

O Ministério Público Federal no município de Tabatinga encaminhou recomendação aos cartórios dos municípios amazonenses de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins para garantir que indígenas tenham acesso à certidão de nascimento gratuita e possam fazer constar no documento os nomes tradicionais que adotam.

A medida foi adotada no curso de inquérito civil público instaurado para apurar cobranças de taxas irregulares para o registro de indígenas e a recusa dos cartórios em anotar nos livros públicos de registro os nomes indígenas escolhidos pelos pais.

Com o andamento do inquérito, o MPF apurou que os indígenas têm encontrado dificuldades em efetivar o registro civil com nome indígena, sob o argumento de que não se pode registrar nomes suscetíveis de expor seus portadores ao ridículo. Segundo relatos recebidos no MPF, até mesmo a ausência de realização do 'teste do pezinho' tem sido apontada como justificativa para a não efetivação do registro civil de crianças indígenas.

O MPF/AM esclarece na recomendação que a Constituição Federal reconhece aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e que cabe à União proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Segundo o documento encaminhado pelo MPF, os cartórios dos municípios devem efetuar o registro civil de nascimento de índios sem cobrança de qualquer taxa, observar e preservar os nomes tradicionais indígenas, esclarecendo ao indígena que o nome a ser registrado nos livros públicos poderá ser o mesmo nome indígena que consta no Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ou o nome em português, conforme a preferência daquele que registra.

Caso os pais procurem o cartório para declarar o registro de nascimento dos filhos e não possuam seu próprio registro, o cartório deve adotar as medidas necessárias para efetuar o registro tardio dos pais, sem que isso constitua impedimento para o registro dos filhos. A recomendação esclarece ainda que o 'teste do pezinho' também não constitui requisito para a efetivação do registro civil.



Aquidauana deverá ser contemplada com Casa de Saúde Indígena

SÍTIO AQUIDAUANANEWS, 12.03.2013

O município de Aquidauana deverá ser contemplado ainda este ano com a Casa de Saúde Indígena. A conquista se deve ao empenho do vereador e líder do PMDB na Câmara, Paulo Reis, que esteve reunido nesta segunda-feira (11) com o chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena, Nelson Olazar.

Durante a reunião o chefe do DSEI disse ao vereador que Aquidauana deverá ser beneficiada com a iniciativa por ser polo regional em Saúde e por apresentar 9 aldeias indígenas de etnia Terena. "O que nós queremos é o fortalecimento regional das ações de saúde em prol dos indígenas", afirmou Olazar.

Segundo o vereador Paulo Reis, a Casa de Saúde Indígena deverá ser construída num terreno a ser doado pela Prefeitura. "Esta semana vamos solicitar a prefeitura para que agilize a desapropriação de uma área para que Aquidauana não perca este benefício", disse.

Num investimento aproximado de R\$ 2 milhões, a Casai garante alojamento, alimentação e atendimento de enfermagem aos pacientes e acompanhantes, respeitando as especificidades culturais.

Além disso, presta assistência farmacêutica e apoia o DSEI na articulação da rede de referência de Média e Alta Complexidade, bem como acompanha o agendamento e a realização de consultas, exames e internações. A unidade realiza ainda o apoio logístico para retorno dos pacientes em alta médica e de seus acompanhantes aos locais de residência.

Nos próximos dias, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) por meio do DSEI deve realizar em Aquidauana uma reunião ampliada sobre Saúde Indígena. De iniciativa do vereador Paulo Reis, a reunião deverá ser numa das aldeias de Taunay com participação dos Terena de Aquidauana e demais municípios da região.



A morte dos Guarani-Kaiowá

SÍTIO TERRA, 12.03.2013

A morte prematura de dois adolescentes deixou um fevereiro cinza nas vidas das famílias Quevedo Barbosa e Beltran Espada. Denilson Quevedo Barbosa, de 15 anos, foi brutalmente assassinado com tiros na cabeça no dia 16 de fevereiro. Quatro dias depois, Kevin Douglas Beltran Espada, de 14 anos, foi morto após ser alvejado por um sinalizador. Dos dois casos, com certeza o de Kevin é do conhecimento da grande maioria dos brasileiros. Já do de Denilson não se pode dizer o mesmo, embora ele tenha sido morto em território brasileiro e em circunstâncias estarrecedoras.

Denilson Quevedo Barbosa era um jovem índio da tribo Guarani-Kaiowá localizada na reserva de Caarapó, no Mato Grosso do Sul. No dia 16 de fevereiro, ao sair para pescar com um colega e um irmão mais novo, ele foi surpreendido à bala quando o trio passava pela fazenda Sardinha, situada dentro da reserva. O jovem índio não teve a mesma sorte do irmão e do colega. Preso ao arame farpado de uma cerca, ele tornou-se alvo fácil. As informações dão conta de que o jovem foi torturado e depois morto com um tiro na cabeça. O corpo foi jogado na fazenda próxima e largado ao relento.



Investigação sobre morte de índio em Caarapó está parada

SÍTIO CORREIODOESTADO, 12.03.2013

A delegada Magali Cordeiro que comanda as investigações sobre o assassinato do indígena Denilson Barbosa, 15 anos, morto com um tiro de espingarda calibre 22 no último dia 16 de fevereiro na Fazenda Santa Helena, em Caarapó, ainda não concluiu o inquérito policial. O dono da fazenda Orlandino Carneiro Gonçalves, 61 anos, confessou a autoria do crime.

O delegado regional de Polícia Civil de Dourados, Antonio Carlos Videira, afirmou ontem que a maior dificuldade em concluir inquérito está em ouvir os depoimentos do irmão de Denilson, de 11 anos de idade, e de um primo de 17 anos, que estavam com ele na fazenda quando ocorreu o homicídio.

Conforme Videira os dois menores, testemunhas oculares do crime, estão sob a proteção da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e foram levados para Brasília (DF) no final do mês passado, quando a Ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário, esteve em Mato Grosso do Sul. "Esperamos que ainda esta semana nós consigamos ouvir estes depoimentos", disse o delegado.



Inscrições para o Vale-Universidade Indígena são prorrogadas em MS

SÍTIO G1, 12.03.2013

As inscrições para o programa Vale-Universidade Indígena de Mato Grosso do Sul foram prorrogadas até as 16h do dia 26 de março, conforme resolução publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), nesta terça-feira (12). Os candidatos devem preencher um cadastro no site da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas).

O programa é voltado para estudantes de origem indígena. É preciso apresentar o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani), expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O acadêmico precisa, ainda, estar matriculado em um curso presencial de bacharelado ou licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e ter residência fixa no estado há pelo menos dois anos.

Os indígenas beneficiados pelo programa precisam ter frequência regular de, no mínimo, 80% nas disciplinas cursadas em cada ano letivo, não ter registro de reprovação de qualquer disciplina e não ter outro membro da família que já receba o benefício. O universitário recebe apoio financeiro de R\$ 346 mensais.



Direitos da criança indígena em debate no MP-PR

SÍTIO UOL, 12.03.2013

Representantes dos CAOPs da Criança e do Adolescente e Educação e dos Direitos Humanos – Comunidades Indígenas e da Promotoria de Infância e Juventude de Curitiba do Ministério Público do Estado do Paraná estiveram reunidos com diversas entidades, na capital, na última semana, para abordar questões relativas a crianças indígenas em situação de vulnerabilidade.

Participaram do encontro os procuradores de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto e Luiz Eduardo Canto Bueno, os promotores de Justiça Murillo Digiácomo, Luciana Linero e Beatriz Spindler de Oliveira Leite, além de integrantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação de Ação Social (F.A.S.), e da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social.

A iniciativa partiu do MP-PR, devido à vinda de famílias indígenas para grandes centros urbanos, como Curitiba, onde vendem artesanato. A permanência dos pais nas ruas ou na Rodoferroviária deixa as crianças expostas a diversos riscos, como atropelamentos, além do fato de não estarem freqüentando a escola regularmente.

Pensando nisso, foi sugerida a construção de uma Casa de Apoio, semelhante à que atua em Maringá (região Noroeste do Estado), para abrigar as famílias. Também foi apontada a necessidade de reforçar as políticas de geração de renda para os indígenas. Novas reuniões serão agendadas para encaminhamento dessas sugestões.



Funai estimula confronto entre índios e produtores no MS, afirma Ruben Figueiró
SÍTIO SENADO, 12.03.2013

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) acusou a Funai de estimular conflitos entre índios e produtores rurais no Mato Grosso do Sul. Segundo ele, muitas mortes já ocorreram no estado devido a permanentes confrontos.

– No centro desse processo encontra-se a Funai, autarquia federal que, infelizmente, tem atuado como a principal estimuladora dos confrontos entre índios e produtores rurais. Essa realidade vem de há muitos anos, mas, nos últimos tempos, sinais de radicalismo estão se exacerbando, sinalizando que poderá ocorrer o pior, caso as autoridades não tomem providências urgentes – advertiu.

Segundo o senador, as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul ainda não conseguiram superar a secular condição de pobreza e dificuldade em que vivem, o que contribui para aumentar a tensão nos conflitos da região.

Ruben Figueiró também acusou a Funai de receber recursos de ONGs estrangeiras e de servir como “braço ideológico” do Conselho Missionário Indigenista. Ainda de acordo com o senador, a Funai desobedece atos normativos do Ministério da Justiça.

– A Funai está extremamente aparelhada, dominada por um modelo de pensamento arcaico, fechada em si mesma. A Funai diz defender os interesses das etnias indígenas em Mato Grosso do Sul, mas os submete à miséria e à degradação. A Funai diz agir conforme preceitos constitucionais, mas, por meio de caminhos burocráticos obscuros, estimula comunidades indígenas a adotar o confronto como forma de luta pela terra – disse Ruben Figueiró.



Reservas indígenas são muito eficazes para proteger a floresta Amazônica

SÍTIO TERRA, 12.03.2013

Muitos ainda pensam que conceder grandes extensões de terras para povos indígenas pode levar ao desmatamento, pois temem que os índios tentem lucrar vendendo para outras pessoas o acesso à região para que sejam instaladas madeireiras ou garimpos.

Porém, um estudo publicado nesta semana no periódico *Proceedings of the National Academy of Sciences* aponta que entre todos os modelos de proteção florestal, a criação de reservas indígenas está no topo como um dos mais eficazes, junto com o estabelecimento de parques nacionais.

“Esta é a grande surpresa do nosso estudo, as terras indígenas desempenham um papel muito bom em reduzir o desmatamento em áreas de grande pressão. Muitos acreditam que dar autonomia e direitos de grandes extensões de terras aos povos indígenas na Amazônia pode levar à exploração dos recursos naturais. Mas o que demonstramos, baseados nas evidências atuais, é que tal temor é equivocado”, afirmou Arun Agrawal, da Universidade de Michigan e um dos autores do estudo.

Para chegar a tal conclusão, os pesquisadores, entre eles o brasileiro Britaldo Soares Filho da Universidade de Minas Gerais, analisaram dados de 292 regiões protegidas na Amazônia brasileira, buscando os diferentes impactos do desmatamento em três tipos áreas: parques nacionais, reservas indígenas e áreas de exploração sustentável.

Segundo eles, as reservas indígenas e os parques consistentemente evitam mais desmatamento do que as chamadas áreas de uso sustentável, mesmo quando estão localizados em partes do país onde a pressão pela destruição da floresta são maiores.

Os pesquisadores apontam que a ampliação do número de reservas biológicas e indígenas é um dos principais fatores por trás dos recentes números de queda de desmatamento no Brasil.

“Análises anteriores sugeriam que a proteção severa, que não permite a exploração dos recursos naturais, seria tão controversa que era pouco provável que fosse implementada onde as pressões pelo desmatamento são altas, como perto de cidades ou em terras de grande valor para a agricultura. Mas o que temos observado é que o governo brasileiro está fazendo justamente isso”, declarou o coautor Christoph Nolte.



MPF é contra colheita de soja em área indígena desocupada em Mato Grosso
SÍTIO TERRA, 12.03.2013

O Ministério Público Federal (MPF) de Mato Grosso se manifestou contrário ao pedido dos produtores rurais que ocupavam a terra indígena Marãiwatsédé, de retornar às fazendas para fazer a colheita e o controle de pragas e doenças em lavouras de soja abandonadas após a expulsão dos não índios em janeiro deste ano. A terra indígena, de 165 mil hectares, está localizada nos municípios de Alto Boa Vista, São Felix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia, na região noroeste de Mato Grosso. No pedido, os produtores alegam que as lavouras abandonadas podem contribuir para disseminar a ferrugem asiática, doença que reduz a produtividade da soja.

Segundo o MPF/MT, os produtores têm recorrido à Justiça Federal pedindo autorização para retornar à área para aplicar defensivos agrícolas e colher a safra de soja. A procuradora Vanessa Ribeiro Scarmagnani, que se manifestou sobre o pedido de um dos fazendeiros, afirmou que "a partir do momento em que foi reconhecida a ilicitude da posse e a má-fé daqueles que ocupavam a terra indígena, cessou qualquer direito dos não indígenas sobre a área ocupada".

A procuradora afirmou que compete à União, por meio do Ministério da Agricultura e da Fundação Nacional do Índio (Funai), adotar as providências para a aplicação de defensivos agrícolas para prevenir o surto de ferrugem asiática.

– Inexiste direito à aplicação de defensivos agrícolas ou de colheita da safra cultivada, uma vez que, com a desintrusão da terra indígena, as ações para conservação dos bens devem ser levadas a efeito pela depositária (Funai) e pela proprietária d.a área (União).

A Justiça Federal tem indeferido os pedidos dos fazendeiros, diz o MPF.



Obrigados a limpar banheiro, índios mudam de escolas após denúncias

SÍTIO DIFUSORA1250, 12.03.2013

Reclamando de discriminação nas escolas da cidade, indígenas de Paranhos e de Coronel Sapucaia vão ter aulas nos acampamentos Ypo'i e Kurussu Ambá. A mudança é resultado de acordo do MPF (Ministério Público Federal) com as prefeituras dos municípios.

O MPF recebeu denúncias de que a merenda aos índios era em menor quantidade, e que, as crianças algumas vezes, foram obrigadas a lavar os banheiros.

Para o Ministério Público, isso provocou reprovações em massa "e revela grave desrespeito aos direitos inerentes à educação das crianças indígenas e irregularidade na prestação do serviço público de educação obrigatória, sobre os quais os poderes públicos não podem se omitir".

Diante disso, O MPF se reuniu com representantes da Secretaria de Educação de MS, das Secretarias de Educação de Paranhos, Aral Moreira e Coronel Sapucaia e da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Na reunião foram apresentadas diversas soluções para atender às comunidades indígenas em situação de acampamento, para que seja oferecida educação fundamental do 1º ao 5º ano às crianças e adolescentes indígenas nas próprias comunidades.

O MPF e as duas prefeituras firmaram Compromissos de Ajustamento de Conduta. As prefeituras de Paranhos e Coronel Sapucaia se comprometeram a fornecer material de construção, contratar professores, fornecer merenda escolar e identificar e matricular os alunos. À Prefeitura de Aral Moreira - que não assinou o acordo -, o MPF recomendou que tome as mesmas medidas para garantir o funcionamento de salas de aula no acampamento Guaiviry.

O órgão recomendou que a Funai e o Governo do Estado empreendam várias ações para viabilizar as aulas nos acampamentos. O governo de Mato Grosso do Sul deve promover o reconhecimento legal, dar apoio técnico e fornecer o material escolar, além de livros. Já a Funai deve auxiliar as prefeituras no levantamento de alunos e potenciais professores, matrículas e estrutura.

Foram estabelecidos diversos prazos para conclusão de cada etapa dos acordos. O objetivo é a construção de uma unidade escolar em cada uma das três comunidades indígenas. A construção deverá ter duas salas de, no mínimo, 6 x 4m cada; 1 cozinha de 3 x 4m; 2 banheiros de 1,5 x 2m cada; 1 caixa d'água de 5 mil litros e 1 cisterna de 5 mil litros. Tudo deverá estar pronto para o início do 2º semestre letivo de 2013.



Funai vai indenizar famílias que devem deixar território indígena

SÍTIO TOP, 12.03.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai indenizar em abril _ ainda sem dia marcado _ 69 famílias que estão em situação irregular, vivendo dentro dos limites da área determinada para os índios guarani, na região do Morro dos Cavalos, em Palhoça. São cerca de 1988 hectares, demarcados ainda no início da década passada.

A informação foi dada nesta terça-feira pela Coordenação Regional do Litoral Sul, durante encontro na aldeia Itaty entre as etnias indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani, promovido pela coordenação do Curso de Licenciatura Indígena da UFSC.

Em um primeiro momento, para reaver o investimento em benfeitorias _ construções, edificações, cercas e barracos _, as famílias a serem indenizadas devem procurar a Funai, de acordo com Instrução Normativa de dezembro do ano passado, publicada no Diário Oficial da União.

Em relação ao ressarcimento da terra, que pertence à União, e destinada aos índios, as famílias devem buscar o Estado, de acordo com o artigo 148 A, da Constituição Federal, onde diz que "o Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas".



Indígenas fecham trecho da BR 367 (BA) por melhoras na educação

SÍTIO CIMI, 12.03.2013

Um protesto de comunidades indígenas fechou as duas pistas da BR 367, em Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia, na manhã desta terça-feira (12). Centenas de índios, entre eles pais e alunos, reclamam das péssimas condições da escola indígena de Coroa Vermelha. Segundo os manifestantes, faltam mesas e cadeiras nas salas de aula, entre outros problemas de infraestrutura. Eles dizem que só irão liberar a rodovia quando representantes da Secretaria de Educação entregar as cadeiras prometidas na segunda-feira, 11.

“Estamos reivindicando o direito de nossos filhos. A estrutura física da escola está caindo, corre o risco de o teto desabar a qualquer momento. Temos 800 alunos, trabalhamos nos três turnos e atendemos da pré-escola até o 9º ano. Esses alunos estão sentando no chão porque não tem cadeiras suficientes”, disse a secretária da escola, Valdirene.

“Já fizemos diversos documentos, enviados para a Secretaria de Educação, para o Ministério Público, para todos os lugares que poderíamos mandar e nunca fomos atendidos. Passamos os quatro anos do mandato do prefeito Jorge Pontes reivindicando e nada foi feito até agora. Ontem (segunda-feira) os pais chegaram na escola e viram seus filhos sentados no chão, não gostaram e pediram apoio dos funcionários para fazer essa manifestação, porque a situação está feia e o risco de a qualquer momento a escola desabar na cabeça dos alunos. Estamos pedindo socorro para vê se alguém nos ouve porque estamos desesperados em ao temos mais a quem recorrer”, acrescentou.

De acordo com Valdirene, representantes da Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabralia estiveram na escola na segunda-feira e propuseram a construção de um pavilhão com cinco salas para desocupar as que têm risco de desabamento. “Também prometeram que hoje iriam trazer as cadeiras e até agora não apareceram. Estamos aqui esperando que tomem alguma providência. Assim que isso acontecer, nós liberamos a pista”, salientou.

Segundo ela, a escola indígena recebe recursos diferenciados para a merenda escolar. Mesmo assim, há constante falta de merenda, além de falta de água. Além da falta de cadeiras e mesas, alguns banheiros não têm porta, as janelas das salas de aula e da secretaria estão com vidros quebrados e a estrutura de alguns telhados está comprometida.



Estudantes indígenas começam ano letivo em 11 novas escolas

SÍTIO UOL, 12.03.2013

Alunos das comunidades indígenas vão começar o ano letivo em escolas novas. O Governo do Paraná concluiu 11 novas unidades, em 2012 e no começo deste ano, e duas estão licitadas, com previsão de entrega até dezembro. A construção das 13 unidades totaliza investimento de R\$ 18,9 milhões.

“Trabalhamos para garantir a qualidade do ensino e a alfabetização das crianças e de adultos indígenas que, com a escola, têm a perspectiva de um futuro com mais oportunidades”, diz o vice-governador e secretário estadual da Educação, Flávio Arns.

As novas escolas têm salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, salas administrativas para professores e pedagogos, banheiros adaptados para deficientes físicos, cozinha, depósito de merenda e pátio coberto. Além disso, estão adaptadas para atender também alunos com múltiplas deficiências e equipadas para a prevenção de incêndio.

Em Tamarana, perto de Londrina, a comunidade caingangue vai receber a nova unidade do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. A escola está recebendo os últimos reparos para atender os alunos, na quinta-feira (14), início do ano letivo.

O colégio terá professores indígenas e não indígenas e a diretora será uma pedagoga indígena. De acordo com a chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina, Lúcia Aparecida Cortez, essa interação é importante para preservar as características e a cultura indígena entre a escola e comunidade.

“Os professores têm características indígenas, passam valores que mantêm as tradições da comunidade para que não se percam os costumes, a língua e os valores indígenas”, diz Lúcia.

Em São Jerônimo da Serra, na região Norte do Estado, a nova unidade da Escola Estadual Indígena Cacique Koféj passa pelas últimas adequações para a volta às aulas. A escola recebeu novo mobiliário escolar com carteiras e cadeiras para os alunos. A escola vai oferecer ensino fundamental e médio para mais de 300 alunos das etnias caingangues, xepá e guarani.

“Há muito tempo estávamos aguardando uma escola nova para atender a demanda de matrículas da nossa comunidade”, diz a diretora Aline Gonçalves Proença Gomes. Em Mangua, no Sudoeste, a nova Escola Estadual Indígena Kokoj Ty Ja está pronta para atender 250 alunos. “Sem essa escola os alunos teriam que se deslocar para outros municípios da região”, diz a diretora Eliane do Nascimento Hollmer. No município de São Miguel do Iguçu, no Oeste, desde maio do ano passado, mais de 300 alunos estudam na unidade nova do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo.

A Secretaria de Estado da Educação licitou a construção de duas novas escolas indígenas: na Ilha da Cotinga, Litoral, a Escola Estadual Indígena Pindoty; e na região Centro-Sul, a nova escola Arandu Miri.